

2* JUL 1996

MARCIO O GLOBO MOREIRA ALVES



de Brasília

Briga de economista

• A pior coisa que pode acontecer a um doente é tornar-se interessante. Quando um médico liga para outro e diz “tenho um caso interessantíssimo que gostaria que você visse”, a família já pode contatar a Santa Casa, mandar limpar o carneiro do cemitério e alertar o padre para a extrema-unção. Desconfio que a mesma coisa aconteça entre os economistas. Quando controvérsias aumentam a respeito de uma política, é mau agouro.

À primeira vista, não haveria muito o que discutir a respeito do sucesso do Plano Real. Os números do que já aconteceu, única verdade tida como indiscutível pela seita ortodoxa da profissão, são extremamente favoráveis à atual equipe econômica. Segundo a Fipe, fundação que pesquisa índices em São Paulo, a massa de rendimentos da população ocupada aumentou em 89% entre junho de 1994 e abril de 1996. O aumento foi de 24,7% acima do IPC, um dos índices de medição da inflação mais usados. A renda média dos moradores da Grande São Paulo também cresceu de R\$ 426 para R\$ 771. Melhor ainda: segundo o Dieese, os maiores beneficiados foram os assalariados mais pobres, os que ganhavam até R\$ 250, tiveram um aumento de 37,4%.

Segundo os dados do IBGE para as seis regiões metropolitanas, a renda média das pessoas ocupadas é hoje 23,7% maior que há 22 meses.

Tudo está no melhor dos mundos possíveis, diria o preceptor Pangloss, mestre de Cândido, o Otimista.

Se assim é, por que as controvérsias?

ros que apresentam são mais convincentes. Os juros altíssimos que o Governo paga a quem toma seus títulos fizeram a dívida interna crescer 129% no decorrer dos últimos 22 meses.

Neste passo, não há aumento de arrecadação que agüente o progressivo peso da dívida.

A dívida interna aumenta fundamentalmente porque o Governo precisa continuar a atrair dinheiro especulativo para pagar as divisas necessárias a cobrir um déficit da balança de pagamentos que, este ano, rondará pelos 20 bilhões de dólares. Este déficit, dizem os críticos, não pode ser em parte coberto, como antes, pelo superávit da balança comercial, ou seja, por um saldo maior das exportações sobre as importações por dois motivos: porque a abertura comercial é necessária para continuar a conter os preços internos e para que o país não pare de vez por falta de matérias-primas e equipamentos; e porque um dos maiores culpados do custo Brasil, que diminui a competitividade das exportações, são os juros estabelecidos pelo Governo.

E que números e estatísticas são como os tabuleiros de frutas na feira. Pode-se escolher os que mais apeteçam a cada um. Opta-se pelos de mangas e abacates e desdenha-se os das bananas e os abacaxis.

No tabuleiro dos abacaxis há um que deve ser rejeitado de saída. Está carcomido pelo verme do autoritarismo. É o dos que dizem que a política econômica está ameaçada pelas eleições para prefeitos.

Primeiro, porque o argumento é usado apenas por quem não gosta de eleições. É gente que tem saudades do tempo em que os prefeitos das capitais e dos municípios chamados de “segurança nacional” eram nomeados de acordo com os generais no poder e os seus prepostos nos estados. Segundo, porque as informações que chegam dos quatro cantos do país dão conta de eleições paupérrimas.

Ninguém tem dinheiro para nada. Carlos Matheus, presidente do Gallup, disse-me anteontem que os políticos ainda não lhe encomendaram uma única pesquisa de opinião. Logo, não é pela caça de votos que o déficit das contas públicas aumentará.

Nesse ponto, aguçam-se as divergências.

Os economistas do Governo colocam como principal réu do déficit público o aumento dos gastos com o funcionalismo, nos três níveis de governo. A possibilidade de eliminar os privilégios dos aposentados do serviço público já se foi. A de flexibilizar o instituto da estabilidade dos funcionários não parece ter melhores chances. Houve, no entanto, ganhos. A reforma administrativa poderá trazer outros.

Os economistas neutros ou de oposição dão ênfase a outro fator de agravamento do déficit e, desta vez, os núme-

E uma história de cachorro correndo atrás do próprio rabo, dizem, prevendo o cansaço final do cão. É uma armadilha da qual não sabem como escapar, diz Celso Furtado, observador neutro.

“Um aumento dos juros mundiais ou uma queda das bolsas, obrigando o repatriamento de fundos, podem azedar as perspectivas brasileiras”, diz Rudiear Dornbusch, professor em Harvard de vários dos integrantes da equipe econômica, inclusive do seu mais explícito integrante, Gustavo Franco.

Gustavo Franco, com o seu jeito esprevidado de garnisé de briga, pôs as cartas na mesa, em entrevista recente. Diz que o jeito é o Governo vender tudo, inclusive o Banco do Brasil. Onde irá buscar mandato para legitimar esse projeto não se sabe. Diz, ainda, que as indústrias brasileiras têm de ter competência para nadar no mar sem ajuda.

O economista Antônio de Barros Castro, que lida com política industrial há decênios, pergunta: se só os incompetentes morrerão, como explicar a necessidade que tiveram os donos da Metal Leve de vender a sua empresa? A Metal Leve é uma indústria considerada modelo, com fábricas nos Estados Unidos e uma das raras que investem em pesquisas e têm tecnologia própria.

Por essas e outras é que a principal preocupação dos brasileiros passou a ser com o seu emprego. O emprego industrial caiu, mas o número de empregados cresceu, sobretudo no setor informal. Apesar disso, o número de desempregados cresceu em São Paulo. Já são 1,3 milhão.

E se o único economista sincero for o Paulo Nogueira Batista Júnior, que diz ser muito difícil fazer previsão em economia?